

A DINÂMICA HISTÓRICA DO ESPAÇO LATIFUNDIÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL E SUA MANIFESTAÇÃO NA MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DA CAMPANHA CENTRAL/RS/BRASIL

Aline de Lima RODRIGUES¹

Meri Lourdes BEZZI²

Resumo

O processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul está diretamente relacionado aos antecedentes históricos de ocupação e povoamento do espaço gaúcho, que sempre colaboraram com a concentração da terra. Desse modo, a presente pesquisa tem como preocupação central analisar o processo histórico de formação e a manifestação espacial do latifúndio, tendo como locus de estudo a Microrregião Geográfica da Campanha Central, que compreende os municípios de Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento e São Gabriel. Metodologicamente, o trabalho dividiu-se nas seguintes fases: trabalho de campo, revisão bibliográfica, coleta de dados em órgãos ligados a temática em estudo (IBGE e FEE) e, por fim a pesquisa direcionou-se para a análise e interpretação das informações coletadas. Como considerações finais, observa-se que os espaços latifundiários fazem parte da história gaúcha, como meio de apropriação espacial e econômica. Entretanto, em virtude das transformações socioeconômicas atuais, deixam de representar apenas o monopólio da pecuária extensiva. O latifúndio passa a ceder espaço para novas formas de apropriação econômica, através dos arrendamentos à lavoura empresarial do arroz e da soja e, mais recentemente ao florestamento (pinus e eucaliptos), que garante a concentração da terra na Microrregião Geográfica da Campanha Central.

Palavras-chave: Reorganização espacial. Latifúndio. Microrregião Geográfica da Campanha Central

Abstract

The historical dynamics of the latifundium space in the Rio Grande do Sul and its manifestation in the geographic microregion of campaign Central/RS/Brasil

The process of formation of the large state in the Rio Grande do Sul directly is related to the historical antecedents of occupation and the settlement of the space gaúcho, that had always collaborated with the concentration of the land. In this manner, the present research has as central concern to analyze the historical process of formation and the space manifestation of the large state, being had as locus of study the Geographic Microregion of the Central Campaign, that understands the cities of Rosário do Sul, Santa Margarida do Sul, Santana do Livramento and São Gabriel. Metodologicamente, the work was divided in the following phases: work of field, bibliographical revision, collects of data in on agencies the thematic one in study (IBGE and FEE) e, finally the research was directed for the analysis and interpretation of the information collects. Finally, it is observed that the latifundium spaces are part of history gaúcho, as half of space and economic appropriation. However, in virtue of the current socioeconômicas transformations, they leave to represent only the cattle monopoly of the extensive one. The large state starts to yield space for new forms of economic appropriation, through the leases to the enterprise farming of the rice and the soy and, more recently to the forestation (pinus and eucaliptos), that it guarantees the concentration of the land in the Geographic Microregion of the Central Campaign.

Key words: Space reorganization. Latifundium. Geographic Microregion of the Central Campaign.

¹ Mestre em Geografia pelo PPGGEO/UFSM, E-mail: aligeo@zipmail.com.br.

² Prof.^a Dr^a. do/Depto. de Geociências/NERA/CCNE/UFSM, E-mail: meri@oslo.ccne.ufsm.br.

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul, o processo de ocupação se fez de forma diversificada: seus campos foram povoados por luso-brasileiros, que introduziram a criação de gado. Já suas matas, só foram ocupadas em meados do século XIX pelos imigrantes europeus, os quais transformaram a vegetação nativa em típicas zonas agrícolas de propriedades familiares.

O processo de ocupação e povoamento do estado gaúcho se acentuou devido à disputa de limites existentes entre Portugal e Espanha, o que fortaleceu a concessão de sesmarias pelo governo do Império, representando a concretização efetiva do domínio desse território por Portugal. Assim, as sesmarias foram o instrumento de que se serviu o governo colonial para a vinculação dos povoadores a essa ampla faixa de terra de difícil domínio. (PRADO, 1964).

Pode-se dizer então que foi através das sesmarias que surgiram os latifúndios, uma vez que as terras eram distribuídas desigualmente, sempre favorecendo aos poucos detentores de grandes rendas, o que contribuiu consequentemente para o monopólio e a concentração da terra que viria a se tornar uma das mais importantes estruturas econômicas do Estado.

Nesse contexto, o caráter perverso da desigualdade de distribuição de terras constituiu-se em um tema da questão agrária que, na área da produção, cada vez mais se evidencia através da disputa pela posse da mesma. Tem-se assim um espaço dicotômico, ou seja, o conflito pela terra a qual apresenta de um lado, os detentores dos grandes latifúndios (pecuaristas e arrozeiros) e, por outro, o movimento de trabalhadores rurais que pressionam uma redistribuição da terra, baseada na justiça social, representado pelos pequenos proprietários.

Desse modo, a presente pesquisa teve como preocupação central caracterizar o processo de formação e os fatores que permitiram a permanência do latifúndio na Microrregião Geográfica da Campanha Central frente à consolidação de novos interesses na economia gaúcha.

O latifúndio diante da influência de culturas capitalistas assiste a uma valorização da terra através dos preços dos arrendamentos, o que evidencia que ao ceder terras à agricultura mantém sua renda, não sacrificando sua produção além de conservar intacto seu caráter concentrador. Assim, o espaço latifundiário resiste, embora sua importância econômica e política seja cada vez menor.

A pesquisa elegeu como “locus” de estudo, a MRG da Campanha Central. Essa escolha se justifica por se tratar de um espaço onde a distribuição efetiva da terra sempre esteve relacionada com os padrões de desenvolvimento capitalista, interferindo na oferta de produtos agrícolas e na obtenção de modernos meios de produção, mas, sobretudo, por atuar no monopólio do capital.

Buscou-se identificar também como essa resistência se materializa no espaço e qual o papel que assume atualmente. Salienta-se que esse recorte espacial foi interpretado levando em consideração a carga de significações que não se dissiparam, mesmo diante das transformações socioeconômicas ocorridas, nesta MRG.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo central contribuir com a Ciência Geográfica, enfocando, especialmente, a Geografia Rural e a Regional, analisando a formação e resistência do latifúndio na Microrregião Geográfica da Campanha Central. A partir do objetivo geral desdobram-se outros de caráter específico, que correspondem a: (a) caracterizar o processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul; (b) analisar a manifestação espacial do latifúndio na MRG da Campanha Central e, (c) Verificar os novos arranjos econômicos que se estruturam na MRG em estudo.

O aprofundamento das discussões de caráter teórico-metodológico considerou a resistência das grandes propriedades frente às transformações socioeconômicas material-

zadas na MRG da Campanha Central, através da presença da agricultura empresarial e mais recentemente do florestamento, com o plantio de eucaliptos e pinus.

Nessa perspectiva, as demais etapas da pesquisa assumiram a finalidade de verificar as novas faces do latifúndio e as razões de sua permanência e/ou mudança, em um espaço, que mesmo reconhecendo o seu valor histórico, procura novas estratégias de desenvolvimento, principalmente para o setor primário, base de sua economia. A busca de novas cadeias produtivas insere-se como formas alternativas para possibilitar o desenvolvimento local/regional.

Definido o referencial teórico, utilizou-se de levantamentos de informações em fonte secundária, coletando-se dados referentes aos índices da atividade agropecuária, da fruticultura e da estrutura fundiária da MRG em órgãos estatísticos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação de Economia e Estatística (FEE). Posteriormente, esses dados foram analisados permitindo inferir sobre a atual organização socioespacial da MRG em estudo.

A FORMAÇÃO DO LATIFÚNDIO NO CONTEXTO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL

O processo de formação do latifúndio no Rio Grande do Sul está diretamente relacionado aos antecedentes históricos de ocupação e povoamento do espaço gaúcho. Dessa forma, torna-se indispensável a abordagem histórica da formação do território rio-grandense, para a apreensão dos fatores que condicionaram a concentração da terra.

O Rio Grande do Sul assumiu relevante participação na economia brasileira pelo contingente significativo de gado que ocupava o seu território e serviu para o transporte das minas durante o Ciclo da Mineração no interior do país.

Nesse sentido, para organizar a preia do gado e evitar a sua caça predatória no Rio Grande do Sul, a Coroa portuguesa inicia o processo de doação de sesmarias, que entre outras funções, tinha a finalidade de proteger o território rio-grandense, garantindo a soberania de Portugal.

A doação de sesmarias representou a definição da posse da terra e do gado, através das estâncias, concedidas a militares reformados e, um pouco mais tarde, a tropeiros enriquecidos. Segundo Pesavento (1982, p. 15) destaca-se que:

As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra três léguas por uma légua (13.000 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão, [...] acompanhando o caminho dos tropeiros no exíguo Rio Grande português da época.

Tal fato contribuiu para a constituição das estâncias no Rio Grande do Sul, materializando os latifúndios pastoris. Segundo Franco (1964, p. 47): “[...] o grande latifúndio marca o monopólio da terra em favor de poucos afortunados, vícios de origem da estrutura econômica da Campanha”.

Para Haesbaert (1988, p. 34) é interessante resgatar que:

Muitos autores vêem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária, marcos originais da formação da estrutura latifundiária gaúcha, a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, tendo em vista a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Nesse contexto, a valorização econômica do Rio Grande do Sul assentou-se, historicamente, na atividade pecuarista desenvolvida nas estâncias, que, ao longo da história da economia gaúcha, apresentou três fases distintas: Courama, Charqueadas e Frigoríficos, que foram responsáveis pela dinâmica do setor rural do Estado gaúcho e pela manutenção dos latifúndios pastoris.

A Courama foi o primeiro grande ciclo da pecuária do Rio Grande do Sul, pois envolveu uma primitiva relação de trabalho e produção no setor primário. Segundo Vieira e Rangel (1993, p. 13) a Courama representou: “[...] no seu estágio inicial, o modo de criação, tratamento e qualificação dos rebanhos para uso diversificado como matéria-prima. Nas primeiras fases da courama o gado foi literalmente caçado, com escasso aproveitamento além do couro”.

No seu estágio inicial, a pecuária assentava-se, basicamente, no apresamento primitivo do gado para a retirada do couro. Dessa forma, a Courama foi responsável pela introdução das primeiras formas de relações produtivas no Rio Grande do Sul, através da exploração primitiva do gado.

No que se refere às Charqueadas, essas apresentaram uma produção sistemática e significativa de charque que teria a finalidade de abastecer tanto o mercado interno quanto o externo. A primeira charqueada gaúcha foi fundada em 1780, na margem do arroio Pelotas. (VIEIRA; RANGEL, 1993). Essa se torna a principal área saladeiril brasileira, já que em 1793, o Porto de Rio Grande exportava 13.000 arrobas de carne seca e nos primeiros anos do século XIX, quase 600.000. (VALVERDE, 1985).

Para Franco (1964) as charqueadas foram consideradas como empresas rurais, na medida em que organizaram a produção e possuíam mão-de-obra abundante e diversificada, onde cada um desempenhava uma função específica, como salgar e ressaltar, curtir o couro e transportar o gado.

Também de acordo com Vieira e Rangel (1993, p. 24) as charqueadas representaram a organização de um sistema produtivo, pois: “[...] no final do século XVIII a produção de carne salgada adquiriu novas formas, criando um estabelecimento capaz de gerar riqueza, acumulação de capital, relações de trabalho diferenciadas, distinção de classes e opulência de poder”.

No entanto, a partir de 1917, introduz-se no Estado a indústria frigorífica estrangeira e com ela abrem-se novas oportunidades para a pecuária rio-grandense participar mais ativamente no mercado nacional e internacional. Os frigoríficos que se instalam foram o Swift em Rio Grande e Armour, em Santana do Livramento (na MRG da Campanha Central). Posteriormente, outras unidades seriam instaladas no Estado, mais precisamente em Pelotas e Rosário do Sul (esse município integra a MRG em estudo).

Foi através dos frigoríficos que a pecuária gaúcha organizou-se em bases capitalistas, passando tal segmento econômico a ser controlado por quatro grandes cartéis, que eram: Wilson, Anglo, Armour e Swift. Esses frigoríficos voltavam sua produção para a exportação e seus investimentos não eram aplicados no Rio Grande do Sul, sendo o lucro remetido para o exterior. (VALVERDE, 1985).

Entretanto, a importância dos frigoríficos para a economia gaúcha assenta-se no fato dessas unidades capitalistas representarem para os pecuaristas a possibilidade de venda do gado criado nos campos sulinos.

De acordo com Vieira e Rangel (1993, p. 30): “[...] os grandes frigoríficos estrangeiros que se instalaram no Rio Grande do Sul passaram, no pós-guerra, a aumentar a exportação de carne congelada e derivados, iniciando a queda do charque como prioridade produtiva”.

No entanto, mesmo historicamente dividido em agropecuária colonial, nas pequenas propriedades, e pecuária tradicional, nas grandes propriedades, o meio rural gaúcho assiste,

na metade do século XX, à consolidação da aplicação de capital na agricultura através da lavoura empresarial.

De acordo com Fundação de Economia e Estatística (1978, p. 88) a lavoura empresarial é entendida como:

...aquele segmento produtivo, pautado por relações capitalistas de produção [...] mediante a ampliação dos recursos técnicos (máquinas, implementos, fertilizantes, etc) e do emprego de força de trabalho permanente e temporário, usando para a efetividade desta combinação terra própria ou arrendada.

A modernização da agricultura no Estado se deu através da produção do arroz (década de 1920), do trigo (década de 1940) e da soja (a partir de 1970). (FEE, 1978).

A expansão da modernização agrícola concretizada na lavoura empresarial não se deu somente em áreas da agropecuária colonial, mas, sobretudo, naquelas ocupadas pela criação extensiva de gado, expandindo-se para áreas marcadas pela concentração da propriedade, através dos arrendamentos.

Percebe-se que os pecuaristas e os grandes proprietários não se desfazem de suas propriedades ao permitir o avanço da lavoura empresarial, pois a penetração agrícola capitalizada em zonas de pecuária extensiva só foi possível mediante os arrendamentos de partes ou de toda a propriedade para o lavoureiro. Estabelecem-se assim, novas formas sociais de produção neste espaço, por meio dos arrendamentos, contratação de trabalhadores temporários, entre outros.

O arrendamento expressa a “união” entre pecuarista e agricultor na tentativa de dinamizar o espaço rural do estado gaúcho e permitir sua participação, cada vez maior, no cenário econômico nacional. A lavoura empresarial a partir de seus principais produtos – arroz, trigo e soja- introduziu uma nova marca no processo de valorização econômica do Rio Grande do Sul.

Salienta-se que toda essa transformação que ocorreu no meio rural gaúcho em decorrência da expansão da lavoura empresarial, não acarretou mudanças na estrutura fundiária gaúcha, pois os latifúndios da MRG da Campanha Central mantêm-se até a atualidade arrendados à agricultura, corroborando as grandes propriedades de terra.

Assim, o arrendamento se apresenta como forma de manutenção da renda para os latifundiários, que com o lucro advindo do aluguel da terra podem sustentar uma pecuária extensiva e pouco modernizada. Tal fato torna-se evidente quando seus terrenos férteis surgem no mercado de terras para arrendar, possibilitando ao proprietário a valorização progressiva da terra e o aprofundamento da concentração fundiária.

O sistema latifundiário foi implantado sobre alicerces bastante sólidos por dispor de uma capacidade de resistência quase inesgotável. Entretanto, sua importância econômica entrou em decadência a partir das crises que atingiram a pecuária sulina, mas manteve intocada sua característica principal – o monopólio da terra – que nem mesmo o desenvolvimento da lavoura com moldes empresariais conseguiu alterar.

No entanto, com o surgimento da lavoura empresarial ocorreu uma desconcentração, em parte, da estrutura de uso da terra com os arrendamentos às culturas capitalistas. Dessa forma, a visão sobre o latifúndio vem se reestruturando, em virtude das mudanças sociais, políticas e econômicas que ocorrem na sociedade, pois o latifúndio não se associa mais, necessariamente, apenas ao tamanho excessivo da propriedade na medida em que a função social da terra assume relevância fundamental.

Dessa forma, várias são as conceituações sobre as propriedades latifundiárias. Em Kautsky (1980) o latifúndio é comparado a uma grande propriedade territorial, constituída pela fusão de extensas áreas ou domínios.

Para o Estatuto da Terra (1964, p. 15) o latifúndio é “[...] o imóvel que não cumpre com sua função social, sendo mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio com fins especulativos e, deve estar no intervalo de 1 a 15 módulos fiscais”.

Portanto, têm-se dois conceitos de latifúndio: “por exploração” e “por dimensão”. O primeiro deriva do não cumprimento da função social da terra, desde que não seja uma propriedade familiar. O segundo depende exclusivamente do tamanho, independente de cumprir ou não com a função social. (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Segundo a classificação de Lopes (1981, p. 17), o latifúndio se refere “[...] às grandes propriedades dedicadas a uma produção mercantil, voltada ao mercado interno ou externo”.

No entanto, para ressaltar a análise da estrutura fundiária da Microrregião Geográfica da Campanha Central, através dos dados do IBGE, utilizou-se como referência as dimensões estipuladas por Guimarães (1981).

De acordo com Guimarães (1981, p. 218-225), a classificação dos estabelecimentos rurais baseia-se na seguinte divisão: “[...] pequena propriedade camponesa (1-100 ha), propriedade capitalista típica (100-500 ha) e propriedades latifundiárias (igual ou superior a 500 ha)”.

No caso das propriedades latifundiárias, o conceito de latifúndio segundo Guimarães (1981, p. 223-224), merece ser ressaltado:

Unidades agropecuárias por demais extensas, a partir de 500 hectares [...], a propriedade latifundiária é, portanto, aquela cuja dimensão excede a capacidade média de recursos de capital, nas condições brasileiras, de que dispõem os empresários, os quais, em vista disso, mantêm inexploradas ou incultas grandes parcelas do estabelecimento e na melhor das hipóteses, arrendam, mediante pagamento em dinheiro ou em produtos.

Portanto, pelo aprofundamento teórico dos conceitos estabelecidos por Guimarães (1981), na medida em que além de caracterizar as propriedades rurais, explicita, também, a extensão compreendida por cada categoria, esses conceitos serviram de base para a análise da estrutura fundiária, especialmente do latifúndio na MRG em estudo.

Tendo em vista a diversidade conceitual sobre o latifúndio, uma constatação sobre sua essência não pode ser negada, ou seja, o latifúndio está associado a uma grande extensão de terra, ociosa no todo ou em partes, predominando atividades agropecuárias extensivas e/ou monocultoras.

A CAMPANHA GAÚCHA NO CONTEXTO REGIONAL E O PAPEL DO LATIFÚNDIO

A Campanha Gaúcha foi a porção do território sul-rio-grandense que primeiramente foi ocupada, povoada, explorada e organizada em bases sociais, o que corrobora a premissa de que o Rio Grande do Sul se desenvolveu em bases latifundiárias e extensivas de criação de gado.

Entretanto, em meados do século XIX o espaço gaúcho tem as suas demais porções ocupadas pela imigração européia, não portuguesa, que, através dos alemães e dos italianos, ocupou as zonas de matas do Estado gaúcho e introduziu a policultura de subsistência em unidades familiares.

Dessa forma, estrutura-se, no espaço gaúcho, uma dicotomia, pois de um lado, tem-se o setor econômico baseado nos latifúndios, desenvolvendo a criação de gado e, de outro, as pequenas propriedades que introduziram e desenvolveram a agricultura. Assim, outras áreas do Rio Grande do Sul passam a ser ocupadas, diversificando a produção e também os costumes e os gêneros de vida da população.

Entretanto, com a modernização da agricultura, a valorização das atividades campeiras e dos costumes dos estancieiros se acentuam, pois se vêem defrontados com a penetração do capital tecnológico e modernizante, através da lavoura empresarial em áreas de predomínio da atividade criatória, a partir da primeira metade do século XX. Como consequência, se acentuam as manifestações de reafirmação dos costumes estancieiros, e a valorização das tradições se reflete nos Centros de Tradições Gaúchas (CTG's), nos rodeios, nos festivais de dança e música, buscando alimentar a identidade cultural do gaúcho.

Os Centros de Tradições Gaúchas reproduzem o modo de vida das classes estancieiras, através da hierarquia – patrão, capataz e peão -, das vestimentas e dos demais códigos culturais, revivendo as estâncias gaúchas e fortalecendo a hegemonia das classes dominantes, no caso, os pecuaristas.

Em relação aos rodeios, na prática idealizam a estância como representação espacial dos gaúchos, pois revivem as atividades do dia-a-dia em uma estância.

Outro código cultural importante é a música. Esse é representado na MRG em estudo através dos festivais de dança e músicas os quais revivem e enfatizam o campo, sublinhando o gênero de vida campestre e estancieiro e se espalham por todo o Rio Grande do Sul, e também em outras regiões brasileiras como no Centro-Oeste onde a presença de gaúchos é significativa.

Entretanto, a hegemonia do latifúndio e da pecuária extensiva é desafiada pelos movimentos sociais de luta pela terra, que ao penetrarem em áreas marcadas pela presença acentuada de propriedades latifundiárias, pressionam a desestruturação das bases históricas e socioeconômicas da Campanha, pautadas no conservadorismo. Esse Movimento luta pela divisão e desapropriação de grandes propriedades improdutivas ou sub-aproveitadas e reivindica a reforma agrária, reafirmando as manifestações contrárias à proteção das propriedades latifundiárias.

A Campanha Gaúcha historicamente caracterizada pelas grandes propriedades e pela pecuária extensiva encontra-se, neste novo século, influenciada por novos agentes econômicos que buscam, via capital social, mudanças espaciais: por um lado, agricultores que realizam sua produção em áreas arrendadas dos latifúndios e fruticultores, em pequenas propriedades (frutas). De outro lado, os assentados que, em cooperativas, desenvolvem atividades primárias em unidades familiares.

Mediante essa diversidade cultural e econômica o IBGE, em sua última divisão regional, em Mesorregiões e Microrregiões, dividiu a Campanha Gaúcha em três microrregiões e denominou-a de Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul. As microrregiões resultantes foram: MRG da Campanha Ocidental, MRG da Campanha Meridional, e MRG da Campanha Central.

As Mesorregiões são consideradas áreas individualizadas de uma Unidade da Federação, que apresentam formas de organização do espaço geográfico definidas pelo processo social, pelo quadro natural e pela rede de comunicação e de lugares. (IBGE, 2005).

Em relação às Microrregiões, essas são consideradas partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades se referem à estrutura da produção (agropecuária, indústria e extrativismo mineral ou pesca), formas de produção e relações comerciais. (IBGE, 2005).

De acordo com o IBGE (2005), essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos naturais ou de relações sociais e econômicas particula-

res, como por exemplo, respectivamente, as serras úmidas nas áreas sertanejas, ou a presença dominante da mão-de-obra não remunerada numa área de estrutura social capitalista.

A Mesorregião Geográfica Sudoeste do Rio Grande do Sul (a qual abrange as três Microrregiões Geográficas da Campanha), apesar da marcante presença da agropecuária e da concentração da propriedade, apresenta especificidades quanto à forma de produção, relações comerciais e, até mesmo, elevado índice de pequena propriedade nos Municípios que a compõem. Dessa forma, essas especificidades acabam configurando as três microrregiões geográficas.

No que se refere à Microrregião Geográfica da Campanha Central, esta difere das demais pelas características do setor agropecuário (arroz, soja e pecuária extensiva), pelo número considerável de pequenas propriedades que se reproduzem lado a lado com as grandes propriedades, essas últimas também ligadas ao florestamento e, pelo desenvolvimento da fruticultura que se evidencia nesse recorte espacial.

Portanto, a realidade socioeconômica da Mesorregião se divide em três realidades singulares, porém não independentes entre si, pois a organização dos espaços ainda é orientada pela identidade regional, baseada nas relações extensivas de produção a qual permite a concentração da terra e a manutenção dos latifúndios. Entretanto, o arrendamento e a presença da agricultura vieram a flexibilizar essa estrutura através do arroz e da soja.

NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS COMO PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MRG DA CAMPANHA CENTRAL

Segundo Gonçalves Neto (1997, p. 76) o processo de modernização constituiu-se em: “[...] uma modernização do tipo conservadora, sem alteração da estrutura fundiária e privilegiando o setor que produz para o mercado”.

Nesse sentido, configurou-se duas situações distintas, pois enquanto os grandes proprietários aderiam ao uso acentuado de capital ou cediam partes de suas propriedades à modernização, através dos arrendamentos, crescia o número de pequenos produtores, que cada vez mais ficavam à margem do desenvolvimento, seja pelo tamanho extremamente pequeno de suas propriedades, seja pelas dificuldades de acesso aos créditos rurais, o que não permite investimentos na capitalização da produção.

A MRG em análise caracteriza-se por apresentar elevado contingente de pequenos produtores que recentemente, no século XXI, passaram a fazer parte das estratégias políticas e econômicas dos municípios da Campanha Central através da fruticultura.

A economia da MRG da Campanha Central baseia-se essencialmente no setor rural. Dessa forma, é indispensável que na busca pelo desenvolvimento, se priorize medidas de revitalização, não só para a lavoura empresarial, mas também, para a produção realizada em pequenas propriedades, pois sem ações diversificadas e que considerem, sobretudo, os atores sociais, o desenvolvimento econômico continuará lento e desigual.

Dentro das oportunidades e finalidades propostas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) para a Macrorregião Sul, três se destacam como alternativas possíveis para a MRG da Campanha Central. Entre elas, salientam-se: desenvolver a fruticultura, revitalizar a pecuária extensiva e incentivar o florestamento.

Na MRG em estudo, a fruticultura vem se desenvolvendo em pequenas propriedades, com a produção voltada, principalmente, aos cítricos, melancia e uva. Assim, representa o maior programa de incentivo ao desenvolvimento da pequena produção, apoiado por políticas municipais.

No caso da pecuária, o desenvolvimento tecnológico e a introdução de formas de produção intensivas podem representar medidas concretas para a reorganização da pecuária tradicional da MRG da Campanha Central.

Com relação ao florestamento, especificamente, a multinacional Stora Enso já efetivou a compra de cerca de 10 mil hectares no município de Rosário do Sul, nos quais investirá em programas de florestamento para atender a demanda internacional de celulose e papel.

Ressalta-se, portanto, que o florestamento surge como atividade rentável para manter o homem no campo, com condições dignas de vida e possibilitar a dinamização das áreas rurais estagnadas.

Entretanto, nenhuma das alternativas acima, com exceção do florestamento, foi capaz de pressionar o monopólio da terra, pois se adequaram às realidades fundiárias da Metade Sul do Estado, em geral, e especificamente, na MRG analisada. Porém, o florestamento pode representar, a longo prazo, uma transformação no padrão concentrador da propriedade, na medida em que os grupos empresariais objetivam comprar áreas das grandes propriedades para realizar tal atividade, diferentemente da política de arrendamento adotada para o desenvolvimento das culturas empresariais que não ameaçam a permanência dos latifundiários, quando se realizam em terras "cedidas" da pecuária, através dos arrendamentos.

Entretanto, o florestamento atua apenas na mudança da posse da terra e não na diminuição da concentração da terra, pois grandes extensões territoriais dos municípios em que se realizará o florestamento "trocarão de donos", passando às mãos dos grupos empresariais. Dessa forma, a iniciativa do florestamento poderá ser responsável pela transferência do monopólio da terra para empresas multinacionais. Esse fato acena para a continuidade da concentração da terra, mas diversifica o uso da mesma, reproduzindo a concentração da terra e mantendo os problemas sociais dessa MRG em análise.

Contudo, mesmo diante das iniciativas coredianas de promover o desenvolvimento socioeconômico da MRG da Campanha Central, não se pode deixar de destacar a importância da atuação de todos os segmentos da sociedade para que as estratégias sejam eficazes e alcancem a todos direta ou indiretamente, contribuindo assim, para o desenvolvimento local/regional.

Diante da complexidade das organizações espaciais, o desenvolvimento rural não se reduz apenas ao crescimento dos índices da agropecuária. Deve-se observar, também, o crescimento dos indicadores sociais, pois é importante a cooperação entre os atores sociais para valorizar o conjunto do ambiente onde atuam, procurando converter os atributos desse ambiente em empreendimentos inovadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço pode ser considerado a acumulação desigual dos tempos, pois a atualidade do espaço é formada dos momentos que foram, estando, agora, cristalizados como objetos geográficos atuais. E ainda, o espaço é a mais representativa das objetivações da sociedade, na medida em que acumula, no decorrer do tempo, as marcas das práxis. (SANTOS, 2004).

Os espaços não suportam formas com funções inertes, os objetos geográficos espacializados atualmente, na tentativa de se manterem funcionais no sistema capitalista e globalizante, que organiza a economia mundial, se reorganizam, assumindo novas funções, ou dividindo espaços com atividades de maior valor econômico.

Essa realidade pode ser visualizada na MRG da Campanha Central, que apresenta um espaço rural organizado sob bases históricas de forte valor cultural, assentadas nos latifúndios.

dios pastoris, que em decorrência das transformações econômicas, a partir da decadência do segmento pecuarista e do processo de modernização da agricultura, cederam espaço para a introdução de outras atividades rurais em áreas, anteriormente, somente exploradas pela atividade pecuarista extensiva.

No entanto, essa nova forma de exploração econômica do espaço rural não acarretou mudanças significativas na estrutura fundiária do Estado, pois os arrendamentos asseguraram os latifúndios, organizados historicamente e resistentes às mudanças socioeconômicas.

Os arrendamentos representam a possibilidade do latifundiário agregar valor à terra, não necessitando se desfazer das suas propriedades para manter sua renda. Ressalta-se, então, que ao arrendar a terra aos produtores capitalistas de arroz e/ou soja, o latifundiário assegura outra forma de renda, através do valor pago pela cedência da terra e, com isso, não sacrifica sua produção extensiva nem o seu monopólio da terra, que tem nessa prática um dos alicerces que reforçam sua permanência.

A formação dos espaços latifundiários no Rio Grande do Sul vinculou-se ao processo histórico de ocupação e povoamento do espaço gaúcho, pois o latifúndio constituiu-se a partir das sesmarias, as quais foram doadas pela Coroa portuguesa, principalmente para fixar fronteiras, proteger o território e organizar a preia do gado xucro.

A definição da posse da terra e do gado ocorreu com as sesmarias, que se materializaram no espaço rio-grandense através das estâncias. Essas estâncias constituíram-se em marcos importantes na história socioeconômica do Rio Grande do Sul, na medida em que baseava sua função econômica na prática de uma pecuária extensiva realizada em grandes propriedades, garantindo a materialização e a expansão dos latifúndios pastoris.

Os latifúndios assumem um caráter de fornecedor da terra para o desenvolvimento das culturas capitalistas do arroz e da soja. Além disso, ainda representam o espaço no qual se desenvolve a pecuária bovino-ovino-cultora extensiva.

O latifúndio encontra em diversos fatores as razões determinantes de sua permanência e resistência às transformações socioeconômicas, resultando em mais de quatro séculos de concentração da terra no Brasil. Na MRG da Campanha Central essa situação assenta-se, principalmente, em três fatores, que podem ser identificados como: a questão cultural, a lavoura empresarial e atualmente o florestamento.

O representativo valor histórico-cultural das estâncias de criação extensiva de gado apresenta-se como um dos mais importantes motivos da manutenção das propriedades latifundiárias. Tal situação deve-se, principalmente, por ter sido nessa porção do Estado que se iniciou a efetiva ocupação e povoamento do mesmo.

A Campanha constitui-se, então, no “berço” do gaúcho típico, o qual assimilou e incorporou a vivência no campo como um modo de vida. Iniciou-se a construção da identidade regional sobre uma base espacial com características essencialmente rurais, na qual o gaúcho era, neste momento, o homem do campo, ligado exclusivamente à atividade pecuarista.

Desse modo, a estância constitui-se como o espaço de referência do gaúcho e suas grandes dimensões territoriais não representam obstáculos ao desenvolvimento dos três maiores e mais antigos municípios da MRG em estudo, no caso São Gabriel, Santana do Livramento e Rosário do Sul.

Nesse contexto, o latifúndio tem na questão cultural/ideológica, um dos mais fortes alicerces sobre os quais está estruturado. Pois, quando se vê ameaçado encontra apoio da sociedade para assegurar, pelo menos a sua hegemonia ideológica.

Com relação ao papel da lavoura empresarial de arroz e de soja na manutenção das propriedades latifundiárias, destaca-se o fato de que por se desenvolverem em terras arrendadas não pressionam a venda da terra por parte dos latifundiários. Salieta-se, portanto, que caso as culturas capitalistas se realizassem em terras próprias, poderiam ocasionar uma mudança na estrutura fundiária da MRG da Campanha Central, em virtude do seu crescimento econômico, materializado no aumento acentuado da área plantada de arroz e soja.

Todavia, a concentração da terra tende a se reforçar com as iniciativas de cunho florestal, que objetivam utilizar extensas áreas para a produção de celulose e papel. Portanto, por se reproduzirem em grandes áreas, atuarão na manutenção do monopólio da terra, mas não apenas nas mãos de poucos proprietários, como também, essas grandes áreas estarão em poder de grandes grupos empresariais.

Portanto, a estrutura fundiária continuará concentrada e os espaços latifundiários vêm assegurada a sua reprodução espacial, principalmente pelo sentimento histórico de proteção das propriedades latifundiárias, numa perspectiva de manter viva a tradição do povo gaúcho e pelos arrendamentos que, ao permitirem o desenvolvimento de atividades econômicas em áreas da pecuária extensiva, garantem a concentração da terra nesse recorte espacial.

O espaço rural da MRG apresenta-se bastante complexo, na medida em que além das grandes e médias propriedades, exploradas economicamente pela pecuária e pela agricultura capitalista de grãos, caracteriza-se pela presença de um grande número de pequenas propriedades. Essas propriedades estão revitalizando o seu processo produtivo com o desenvolvimento da fruticultura, a partir da qual inserem novos produtos no mercado, contribuem para a diversificação produtiva e, além disso, possibilitam a capitalização dos pequenos produtores pertencentes a esse recorte espacial.

Ressalta-se, portanto, que a fruticultura desempenha um papel de revitalizadora da pequena produção, por se tratar de uma estratégia voltada aos pequenos produtores, constantemente relegados à posição secundária nos interesses econômicos da MRG, em decorrência da hegemonia político-econômica representada pelos grandes proprietários e pelos grandes produtores rurais.

Nesse sentido, discutir o resgate do desenvolvimento rural da MRG suscita a necessidade de se pensar em um desenvolvimento abrangente e integrado. Para a pecuária poderiam ser criadas alternativas para revitalizar o segmento pecuarista, pelo significativo rebanho bovino e ovino, procurando recuperar o seu valor econômico e alcançar novos mercados para dinamizar o processo de comercialização. No que se refere à produção capitalista de grãos, infere-se a busca pela ampliação dos subsídios para a agricultura, bem como, garantir a recuperação do preço da saca de arroz, devido à importância socioeconômica desse grão.

No entanto, um efetivo desenvolvimento rural deverá estar pautado em estratégias que garantam a melhoria da produção, através do aperfeiçoamento do sistema de infraestrutura, assim como assegurem a ampliação das relações comerciais para a pecuária, agricultura e fruticultura.

Outro aspecto a ser destacado na recuperação do desenvolvimento rural para a Campanha Central é o incentivo para a atuação constante do capital social, através da união dos produtores em associações e/ou cooperativas. O grau do desenvolvimento do capital social de uma área pode ser avaliado pelo número de atividades associativas ou cooperadas, ou seja, o capital social assenta-se na integração e na colaboração entre os indivíduos de uma dada porção territorial. Salienta-se, então, que é na participação coletiva que o produtor encontrará uma forte união, que o auxiliará na conquista de suas reivindicações, pois não atuará isoladamente.

Portanto, para o crescimento e revitalização da MRG da Campanha Central torna-se, cada vez mais necessário o desenvolvimento de políticas de integração e estratégias que procurem contemplar grandes, médios e pequenos proprietários, além da produção em todos os seus níveis. Tal afirmação encontra justificativa no fato de que o desenvolvimento rural depende de todos os segmentos econômicos que atuam no espaço rural, pois o privilégio de um deles acarretará em um desenvolvimento injusto e desigual.

Diante do exposto, destaca-se, também, que esse desenvolvimento rural não se realizará completamente em um espaço marcado pela estrutura fundiária concentrada, com um número reduzido de proprietários detendo consideráveis dimensões territoriais, como no

caso dos municípios da MRG da Campanha Central. Enquanto as atividades econômicas não pressionarem uma redistribuição de áreas para o seu desenvolvimento, deixando de se realizarem somente através dos arrendamentos, a estrutura fundiária não sofrerá alteração e os latifúndios permanecerão e, até mesmo, continuarão reproduzindo-se espacialmente na Campanha Central.

Essa situação é reforçada pelo aspecto histórico-cultural, cada vez mais representativo e que não demonstra sinais de começar a colaborar na diminuição da concentração da terra, pois os movimentos de pressão pela terra não são frutos somente de ações endógenas mas também provocados, na maioria das vezes, pelos produtores rurais de outras áreas do Rio Grande do Sul. Na MRG, esses movimentos reacendem o sentimento histórico de proteção das propriedades latifundiárias, numa perspectiva de manter viva a tradição do povo gaúcho nesse recorte espacial.

Neste contexto, as velhas formas continuarão servindo de palco para o exercício de novas funções, sem em nenhum momento abandonar suas características mais marcantes. Nesse sentido, tem-se o caso do latifúndio, uma velha forma, que representa o espaço de reprodução de atividades econômicas mais renovadas e dinâmicas, mas sua principal característica, a concentração de grandes áreas nas mãos de poucos, não desapareceu no atual período histórico. Abrem-se, via capital, novas cadeias produtivas (fruticultura e florestamento) que tentam minimizar esta estrutura fundiária cristalizada na organização espacial da MRG da Campanha Central especificamente e também nas Microrregiões da Campanha Ocidental e Meridional.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- CARDOSO, F.H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1962.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v. 3, 1978.
- GASQUES, J.G.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R. da. (Org). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.
- GRAZIANO NETO, F. Latifúndios e verdades: crítica ao distributivismo agrário. **Rascunho**, Araraquara, n.9, p. 05-36, [19-].
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Coleção Estudos Brasileiros, v. 24)
- _____. **A crise agrária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O mundo, hoje, 29)
- HAESBAERT, R. **RS: latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/divisãoregional>>. Acesso em 10 abr. 2005.
- _____. **Censo agropecuário 1970**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE. 1970
- _____. **SIDRA**. Disponível em: <<http://www.ibge.br/sidra>>. Acesso em 14 out. 2005.

LOPES, J. R. B. **Do latifúndio à empresa**: unidade e diversidade no campo. 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

PRADO, A. **Rio Grande do Sul**: Terra e Povo. Porto Alegre: Globo, 1964.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. In: VALVERDE, O. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 193-230.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. S. **Geografia econômica do Rio Grande do Sul**: espacialidades / temporalidade na organização. Porto Alegre: Saga/ DC Luzatto. 1993.

Recebido em maio de 2007

Revisado em julho de 2007

Aceito em agosto de 2007

